



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012639-28.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - DIREITO TRIBUTÁRIO**
 Embargante: **Banco Bradesco S/A**
 Embargado: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Banco Bradesco S/A opõe embargos à execução fiscal que lhe move o **Município de São Carlos**, alegando (a) nulidade das CDAs pelo não preenchimento de seus requisitos formais (b) ilegalidade da cobrança, tendo em vista a taxatividade da lista de serviços (c) efeito confiscatório da multa (d) que a imposição de penalidades rigorosas e arbitrárias violam o princípio da eficiência.

Impugnação oferecida, com preliminar.

Réplica oferecida.

Aportou aos autos cópia integral da ação fiscal nº 1315/2012, em cujo bojo deram-se os lançamentos, ressalvado apenas o ISS apurado por GISS.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 17, parágrafo único da LEF, porque a matéria controvertida é exclusivamente de direito.

As CDAs indicam que a execução refere-se a:

- ISS de 2008 apurado por ação fiscal (fls. 73/74)
- ISS de 2009 apurado por ação fiscal (fls. 75/76)
- ISS de 2010 apurado por ação fiscal (fls. 77/79);



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

- ISS de 2011 apurado por ação fiscal (fls. 80/82)
- multa punitiva aplicada na ação fiscal (fls. 83/84)
- ISS apurado por GISS (fls. 85/86)

Anoto que, ressalvado o ISS apurado por GISS, todos os lançamentos se deram no interior da ação fiscal nº 1315/2012, cópia às fls. 175/1155.

São exigências do art. 202 do CTN c/c art. 2º, §§ 5º e 6º da LEF, quanto aos requisitos formais da CDA: nome e endereço do devedor e eventuais co-responsáveis; valor originário da dívida; maneira de calcular a atualização monetária, os juros moratórios e os demais encargos; termo inicial da atualização monetária, dos juros moratórios e dos demais encargos; valor atual da dívida; origem e natureza do crédito; fundamento legal do crédito, mencionada especificamente a disposição de lei; fundamento legal da atualização monetária; data da inscrição em dívida ativa, e ainda o livro e folha de inscrição; número do eventual processo administrativo que originou o crédito.

Analisando as CDAs que instruem a execução, fls. 73/86, verifico que preenchem os requisitos legais.

Ad argumentandum tantum, isto é, ainda que assim não fosse, fato é que eventual irregularidade pontual quanto a um ou outro aspecto, no presente caso, não trouxe prejuízo à defesa do embargante, que inclusive já havia se defendido no processo administrativo fiscal e sabe exatamente a que refere-se a cobrança.

Inexistindo prejuízo à defesa do executado, não se fala em nulidade da execução fiscal, uma vez que a indicação dos dados previstos na legislação, na CDA, têm exatamente o propósito de proporcionar a defesa do contribuinte. Analogicamente, aplicam-se as regras do CPC para o tratamento das nulidades processuais (art. 277; art. 282, § 1º; art. 283, § único)

Nesse sentido, o E. STJ entendeu que “a existência de vícios formais na Certidão de Dívida Ativa apenas leva a sua nulidade se causar prejuízo ao exercício do direito de ampla



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

defesa” (AgRg no Ag 1153617/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/08/2009, DJe 14/09/2009).

Prosseguindo, no concernente aos serviços e cobranças que foram tributados, esclareço, inicialmente, que as planilhas de apuração estão às fls. 497/499 (2008), 500/502 (2009), 503/505 (2010), 506/508 (2011), e 509 (Multa Punitiva), merecendo exame detido.

A tributação do ISS somente é admitida em relação aos serviços congêneres, correlatos, e portanto **alcançados pela interpretação ampla (analogica ou extensiva)** que se admite em relação a cada item da lista taxativa dos serviços constantes da LC nº 116/2003, consoante exegese consolidada em julgado do STJ sujeito ao regime dos recursos repetitivos, REsp 1111234/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, 1ªS, j. 23/09/2009, que deu ensejo à Súm. 424, segundo a qual “é legítima a incidência de ISS sobre os serviços bancários congêneres da lista anexa ao DL n. 406/68 e à LC n. 56/87” [leis superadas pela LC nº 116/2003].

No caso em comento, é preciso levar em conta que, nas **planilhas de apuração** acima identificadas pelo juízo, a Prefeitura Municipal procedeu à identificação de cada cobrança, feita pela instituição financeira em relação a terceiros, que foi tributada, inclusive com a **menção individualizada do Item da Lei Complementar nº 116/2003 a que corresponderia.**

Examinando cada uma das tarifas ou cobranças lá identificadas, em confronto com o Item da Lei Complementar em que enquadradas pela Prefeitura Municipal, **não verifica o magistrado, *ictu oculi*, qualquer abusividade por parte do fisco**, no sentido de ter extrapolado os limites da interpretação extensiva autorizada pelo STJ.

Ora, não havendo violação constatável pelo magistrado, prevalece a presunção de liquidez e certeza que emerge da inscrição em dívida ativa, especialmente porque, neste caso concreto, como notamos na inicial, o embargante não procedeu - como era de rigor - a qualquer demonstração individualizada, item por item, serviço por serviço, **daqueles que foram efetivamente tributos conforme as planilhas de apuração mencionadas**, de modo a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

argumentar pela ilegalidade do lançamento mesmo à luz da interpretação extensiva.

Com efeito, os serviços enfrentados pelo embargante na petição inicial, conforme fls. 15/19, são formas diversas da "comissão de abertura de crédito", além da "comissão de permanência", do "fornecimento de extratos de operações", do "ressarcimento de taxas – circular 559 do BACEN", do "ressarcimento de custos financeiros – cheques compensados", do "ressarcimento de custos financeiros, cheques de emissão própria", do "ressarcimento de custos financeiros – DOC", das "rendas sobre adiantamentos a depositantes", e dos "juros contratuais".

Esses serviços, porém, não estão entre os tributados pela Prefeitura de São Carlos, a não ser a tarifa pela "fornecimento de extratos de operações", a qual, todavia, claramente tem enquadramento no Item 15.07 da Lei Complementar nº 116/2003: "Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; **fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.**"

Quanto à alegação do efeito confiscatório ou desproporcionalidade das multas, observamos nos haver haver a incidência de duas multas, uma moratória (de 2%, segundo consta nas CDAs), outra punitiva (de 80%, conforme fls. 1148).

A despeito de o art. 150, IV da CF fazer referência à aplicação princípio do não-confisco apenas aos tributos, e em consequência deixar fora de seu âmbito de proteção as multas, o E. STF, em reiterados precedentes, tem entendido que a dicção constitucional comporta exegese ampliativa **para alcançar também as multas**, não se permitindo, em geral, multas superiores a 100% do valor do tributo: ADI 551, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Plenário, j. 24/10/2002; ADInMC 1.075-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 17.6.98; RE 91707, Rel. Min. MOREIRA ALVES, 2ªT, j. 11/12/1979; RE 632315 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, 2ªT, j. 14/08/2012; ARE 637717 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, 1ª, j. 13/03/2012.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Note-se que se trata de multa punitiva, e não simplesmente moratória, e a distinção das espécies de penalidades sobressai de extrema relevância. No caso da multa moratória o fundamento de sua incidência é apenas o não-pagamento, enquanto que **em se tratando de multa punitiva há o descumprimento de obrigação acessória do contribuinte ou responsável, infração administrativa que, normalmente, gera o efeito de burlar a arrecadação tributária.**

O juízo de censurabilidade que recai sobre a conduta é muito mais intenso e, portanto, o limite para a multa moratória é menor que o limite para a multa punitiva.

Ora, no presente caso a multa punitiva imposta é de 80% sobre o valor do tributo, razão pela qual não se configura o efeito confiscatório, também não demonstrado satisfatoriamente pela parte embargante.

Já o princípio da eficiência, alegado na inicial, não guarda relação com a discussão sobre o patamar da multa, para a qual é pertinente examinar o efeito confiscatório e a desproporcionalidade apenas, não caracterizados no caso concreto.

Por fim, quanto ao ISS apurado por GISS (fls. 85/86), a petição inicial não apresenta qualquer causa de pedir alusiva a essa exação.

Ante o exposto, rejeito os embargos e condeno o embargante em custas e despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 07 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**